



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

250 anos de Porto Alegre - 200 anos da Independência do Brasil - Aclamação de Dom Pedro como Imperador do Brasil, com o nome de Dom Pedro I - 180 anos das Revoluções Liberais de SP e MG - 170 anos da Batalha de Monte Caseros - 110 anos do início da Guerra do Contestado - 100 anos da Semana de Arte Moderna em São Paulo - 90 anos do início da Revolução Constitucionalista de São Paulo e Mato Grosso - 80 anos dos afundamentos de 23 navios brasileiros por submarinos alemães em diversos lugares do mundo - Declaração de Guerra do Brasil à Alemanha e à Itália - 20 anos da conquista do pentacampeonato mundial de futebol na Copa do Mundo do Japão/Coréia do Sul pelo Brasil.

ANO 2022

Março

Nº 396

O SNIPER AMERICANO MAIS EFETIVO NO VIETNAM

Nos meios militares americanos, há dois requisitos para avaliar o desempenho do caçador:

- a. o número de mortes confirmadas; e
- b. o número de eventuais acertos no alvo (inimigo), porém sem confirmação das mortes.

Sob este enfoque, há, oficialmente, três militares destacados: dois deles dos Marines e um do Exército americano.

Pela ordem:

1º - Adelbert Waldron, Staff Sgt, 9ª Divisão de Infantaria – 109 mortes confirmadas em oito meses; o nº de possíveis outros acertos não foi divulgado; desconhecido do grande público; altamente condecorado;

2ª - Chuck Mawhinney, Sgt. Do 5º Regimento do Corpo de Fuzileiros Navais - 103 mortes confirmadas em dezesseis meses; 216 possíveis mortes não confirmadas; altamente condecorado; figura pública de relevo.

3º - Carlos Hatckock, Sgt. Polícia Militar, Corpo de Fuzileiros Navais - 93 mortes confirmadas em dois turnos de oito meses; possíveis 300-400 mortes não confirmadas; notabilizou-se por disparos mortais a longa distância; durante o cerco de Khe Sanh, matou um Vietcong a cerca de 2.500 m, com uma metralhadora .50 equipada com visor telescópico; altamente condecorado; foi reformado por invalidez; figura muito popular.

O número de mortes provocadas por snipers das forças especiais - Boinas Verdes, Long Range Reconnaissance Patrols, 5º Grupo de Forças Especiais (paraquedistas) e várias outras

unidades da Marinha, Força Aérea, Guerrilhas Montanhesas, etc., imagina-se, é muito alto. Todavia, nunca foi divulgado (contribuição do Dr. Frederico Euclides Aranha).

ALGO SOBRE NAPOLEÃO BONAPARTE

(Fonte: BURNS, Edward McNall. História da Civilização Ocidental. Porto Alegre: Globo, 1968, II vol., p. 624).

O SIGNIFICADO DE NAPOLEÃO

- Napoleão não foi um verdadeiro filho da Revolução Francesa -

Já sabemos que o golpe de estado de Napoleão Bonaparte colocou fim definitivamente à Revolução Francesa. Por esse motivo o período de seu governo, de novembro de 1799 a abril de 1814 e durante os Cem Dias, que foram de março a junho de 1815, pode ser justamente considerado como a fase inicial da reação do século XIX contra as ideias liberais que tinham tornado possível a Revolução. É certo que Napoleão afirmava simpatizar com alguns desses ideais, mas a forma de governo que estabeleceu era muito pouco compatível com qualquer deles. Seu verdadeiro objetivo, no que se referia à obra da Revolução, era manter aquelas conquistas que se coadunassem com a glória nacional e com as suas próprias ambições. de glória militar. Em outras palavras, aumentou e fortaleceu o patriotismo revolucionário e levou avante as realizações de seus predecessores que podiam se adaptar aos objetivos de um governo centralizado. Mas a liberdade no sentido de inviolabilidade dos direitos individuais nada significava para ele; chegou mesmo a declarar que o povo francês necessitava de igualdade e não de liberdade. Além disso, interpretava a igualdade como significando pouco mais que a oportunidade igual para todos, sem levar em conta o nascimento, isto é, se não se propôs restaurar a servidão ou devolver as terras à velha nobreza, também não pensou em impor qualquer restrição à atividade econômica dos ricos.

O INÍCIO DA CARREIRA DE NAPOLEÃO

A fim de compreender o significado histórico de Napoleão é necessário conhecer alguma coisa da sua vida particular e do papel que desempenhou nos acontecimentos dramáticos que precederam a sua ascensão ao poder. Nascido em 1769 numa cidadezinha da Córsega, exatamente um ano depois de ter sido a ilha cedida à França, Napoleão pertencia a uma família orgulhosa mas empobrecida, detentora de um título de nobreza conferido pela república de Gênova. Em 1779 ingressou numa escola de Brienne, na França, e cinco anos depois foi admitido na academia militar de Paris. Parece que como estudante teve uma existência infeliz, abstendo-se de todos os prazeres sociais, comendo pão seco para economizar e acirrando-se cada vez mais contra os franceses, a quem acusava de escravizar os seus conterrâneos da Córsega. Não se distinguiu em nenhuma das disciplinas acadêmicas, com exceção da matemática, mas aplicou-se tão assiduamente à ciência militar que com a idade de dezesseis anos conquistou o posto de subtenente de artilharia. O progresso da Revolução e as guerras com o estrangeiro deram-lhe oportunidade de promoção rápida, pois muitos dos oficiais nomeados pelo antigo regime tinham fugido do país. Em 1793 era já o Coronel Bonaparte, com a difícil missão de expulsar os ingleses de Toulon. Logo depois era recompensado com a promoção a general de brigada. Em 1795 defendeu a Convenção Nacional contra um levante de reacionários parisienses e no ano seguinte foi-lhe confiado o comando da expedição contra os austríacos na Itália. O brilhante sucesso alcançado nessa campanha elevou-o à categoria de herói nacional. Seu nome andava em tôdas as bocas. Os políticos temiam-no e porfiavam em satisfazer-lhe todos os desejos. Ao mesmo tempo que as classes favorecidas o adoravam como um baluarte contra o radicalismo, muitas pessoas do povo se iludiam com os seus melifluos protestos de dedicação à doutrina revolucionária. Para todos aqueles cujas

emoções tinham sido inflamadas pelo novo patriotismà êle encarnava o símbolo da vitória e a esperança num futuro glorioso.

O TRIUNFO DE NAPOLEÃO

Se as condições na França fôsem mais estáveis do que eram em 1799 é provavel que Napoleão Bonaparte nunca tivesse passado de um talentoso oficial do exército. Já vimos, porém, que a situação nesse ano e nos precedentes era extremamente caótica. Às desgraças de um povo pelas atribulações de uma longa revolução juntavam-se a corrupção, a falta de escrúpulo dos aproveitadores e a ruína financeira. O estado de desespero era tão profundo que milhares de homens acolheram o novo despotismo como uma esperança de melhora. Além disso, o govêrno do Diretório estava carcomido pela intriga. Um dos seus membros, o padre Sieyès, conspirava mesmo para derrubá-lo e andava à cata de um herói popular que o auxiliasse no intento. Mas o triunfo de Napoleão também se deveu a certas qualidades intrínsecas da sua personalidade. Era astuto, egotista e sem escrúpulos. Teve bastante sagacidade para perceber que o povo estava cansado da desordem e da corrupção e almejava a volta à estabilidade. Convencido de que fôra tocado pela mão do Destino, resolveu não permitir que qualquer coisa obstasse à realização das suas altas ambições. Não respeitava princípios ou teorias, não agasalhava dúvidas ou perplexidades, não sentia picadas de consciência. Sabia mentir e enganar aparentando unia sinceridade perfeita. Era dotado, além disso, de infatigável energia. Passa por ter sustentado que duas horas de sono por dia eram suficientes para um homem, quatro para uma mulher e “oito para um imbecil”. Conquistava a afeição dos soldados com a sua resistência às fadigas e privações e com a sua inesgotável capacidade de atender pessoalmente a todos os detalhes de que dependesse o êxito de uma campanha militar. Por fim, tinha uma aguda intuição do dramático, o dom da eloquência, e o poder magnético de inspirar aos seus subordinados a mais absoluta dedicação. Sabia tirar o máximo proveito dos ambientes e situações, enchendo as imaginações dos que o cercavam com visões magníficas de glória e poder.

O GOVERNO DO CONSULADO

Novo regime instituído por Napoleão após o golpe de estado em 18 do Brumário era uma autocracia mal disfarçada. A constituição, redigida pelos próprios conspiradores, criava uma forma de govêrno conhecida como o Consulado. O poder executivo era exercido por três Cônsules, os quais deviam nomear um Senado. Este, por sua vez, escolheria os membros do Tribunato e do Corpo Legislativo numa lista de candidatos indicados por sufrágio popular. O Primeiro Cônsul, que naturalmente era o próprio Bonaparte, tinha autoridade para propor tôdas as leis, além do poder de nomear tôda a administração, controlar o exército e conduzir as relações exteriores, O Tribunato discutia as leis sem votá-las, após o que o Corpo Legislativo as aceitava ou rejeitava sem ter o privilégio de debatê-las. Em muitos casos a aprovação final das medidas legislativas era dada pelo Senado, que decidia sôbre tôdas as questões de constitucionalidade. Vê-se, dêste modo, que todo o sistema dependia, em última análise, da vontade do Primeiro Cônsul. No entanto, os autores da constituição simulavam acatar a soberania popular, restabelecendo o princípio do sufrágio universal masculino. Em dezembro de 1799 o novo instrumento de govêrno foi submetido ao “referendum” popular e aprovado por esmagadora maioria. Terminada a apuração dos votos viu-se (ou pelo menos assim se disse) que apenas 1562 num total superior a três milhões se haviam pronunciado contra. A constituição assim adotada entrou em vigor a 1º de janeiro de 1800, mas, como ainda estivesse em uso o calendário revolucionário, é conhecida como a Constituição do Ano VIII.

O ESTABELECIMENTO DO IMPÉRIO

Conquanto Napoleão se tivesse tornado um monarca absoluto em quase tudo, salvo no nome, ainda não estava satisfeito. Em 1802 obteve o consentimento do povo para tornar vitalício o seu cargo de Primeiro Cônsul, para o qual a constituição marcara a duração de dez anos. Só restava tornar a sua posição hereditária. Em 1804, por meio de outro plebiscito, obteve permissão para converter o Consulado

num império. Pouco depois, entre imponentes cerimônias realizadas na catedral de Notre Dame, colocou uma coroa na própria cabeça e assumiu o título de Napoleão I, Imperador dos Franceses. O que o inspirou a tomar tal resolução foi, em parte, a recrudescência da oposição. Várias tentativas tinham sido feitas nos últimos tempos para tirar-lhe a vida e tramavam-se contra êle complôs realistas. Dezenas e dezenas de pessoas eram presas por simples suspeitas, escolhendo-se dentre elas as mais proeminentes para sofrerem punição exemplar. O Duque de Enghien foi fuzilado diante de uma sepultura aberta, após um simulacro de processo. O General Pichegru foi encontrado estrangulado na sua cela. Tendo se livrado assim de seus principais inimigos, Napoleão chegou evidentemente à conclusão de que o melhor meio de resguardar-se contra futuros contratempos do mesmo gênero seria fundar uma dinastia própria, frustrando assim as intenções de todos os pretendentes da casa dos Bourbons. Especialmente se obtivesse a bênção da igreja para o seu govêrno, poucos ousariam fazer-lhe oposição. Por êste motivo fêz vir de Roma o papa Pio VII para officiar na sua coroação, embora tivesse o cuidado de frisar que Sua Santidade estava agindo como mero agente de Deus e não como um soberano internacional com poderes para criar ou depor um imperador.

A OBRA CONSTRUTIVA DE NAPOLEÃO COMO ESTADISTA

É infelizmente verdade que a fama de Napoleão Bonaparte assenta sobretudo nas suas empresas militares. Sua obra de estadista foi, todavia, muito mais importante. Neste último setor trouxe êle, pelo menos, algumas contribuições notáveis para a civilização. Ratificou a redistribuição de terras levada a efeito pela Revolução, permitindo destarte que o camponês médio continuasse a ser um lavrador independente. Expurgou a administração da desonestidade e do desperdício, reformou o sistema tributário e fundou o Banco Francês para promover um contrôle mais eficiente dos negócios fiscais. Drenou pântanos, alargou portos, construiu pontes e uma rêde de estradas e canais. A maioria dessas obras foram realizadas sobretudo com objetivos militares, mas também em parte para conquistar o apoio das classes comerciais. Centralizou além disso o govêrno da França, dividindo o país em “departamentos” de extensão uniforme, cada qual sob a administração de um prefeito que recebia ordens de Paris. Seu feito de maior importância foi, talvez, a conclusão da reforma educacional e da judiciária, iniciadas durante a Revolução. Ordenou a instalação de escolas públicas elementares em cada aldeia, de liceus nas cidades importantes e de uma escola normal em Paris, encarregada de preparar professôres. Como complemento a essas mudanças, colocou as escolas militares e técnicas sob a direção do estado e fundou uma universidade nacional para supervisionar todo o sistema. Nunca, porém, reservou mais de um quarto do orçamento para a instrução pública, resultando daí que menos de metade do número total das crianças francesas eram educadas às expensas do estado. Em 1810, com o auxílio de um corpo de juristas, completou o famoso Código Napoleão, uma revisão e codificação das leis civis e criminais com base nos planos elaborados pela Convenção Nacional. A despeito das suas disposições excessivamente severas – a pena de morte, por exemplo, era mantida nos casos de furto e os parricidas deviam ter as mãos decepadas antes da execução - o Código Napoleão foi acolhido como a obra de um segundo Justiniano. Com certas modificações, permaneceu durante mais de um século como lei vigente na França e na Bélgica, ao mesmo tempo que partes consideráveis dêle eram incorporadas aos sistemas jurídicos da Alemanha, da Itália, da Suíça, da Luisiana e do Japão.

OUTROS FRUTOS DA ATIVIDADE DE NAPOLEÃO COMO ESTADISTA

Obra de Napoleão incluiu muitas outras alterações no sistema político da França. Em primeiro lugar, restaurou a união entre a igreja católica e o estado. Em 1801 assinou uma Concordata com o papa, estipulando que os bispos seriam nomeados pelo Primeiro Cônsul e o govêrno pagaria salários ao clero. Ainda que a igreja católica não tivesse recuperado o monopólio legal que desfrutara no antigo regime, pois eram toleradas também outras religiões, passou a ocupar uma posição nitidamente vantajosa que a capacitou a aumentar o seu poder nos anos seguintes. Sómente em 1905, quando a Concordata de 1801 foi por fim rescindida, o catolicismo voltou a uma situação de igualdade em relação às outras religiões. Napoleão também pode ser acusado de cercear as liberdades dos seus súditos, quase desde o momento em que subiu ao poder. Aboliu o julgamento pelo júri em certos casos, impôs uma censura rigorosa à imprensa e suspendeu

muitos jornais que suspeitava de serem hostis à sua política. Tão eficiente era o seu controle em toda a nação que nem um só jornal francês noticiou a desastrosa derrota sofrida pela armada de Napoleão em Trafalgar senão após o colapso do império, volvidos mais de oito anos. Além disso, Napoleão perverteu a educação utilizando-a para fins patrióticos e para a glorificação das suas ambições pessoais. Ordenou que se ensinassem todas as crianças, nas escolas, a amar o seu imperador, a obedecer-lhe e a “oferecer preces fervorosas pela sua segurança”.

O INÍCIO DAS GUERRAS NAPOLEÔNICAS: A SEGUNDA COLIGAÇÃO É DERROTADA

Não seria possível nem desejável, num livro desta espécie, apresentar um relato pormenorizado dos empreendimentos de Napoleão como cabo de guerra. Todavia, o assunto não pode ser totalmente omitido, porquanto os resultados das suas campanhas tiveram efeito considerável na orientação do curso da história. Talvez se possa dizer, em seu abono, que nem todas as guerras em que se empenhou foram provocadas por ele. Com sua ascensão ao poder, em 1799, herdou do Diretório a luta com a Segunda Coligação composta da Inglaterra, da Áustria e da Rússia. Valendo-se da lisonja e da intriga, Napoleão rapidamente conseguiu a retirada da Rússia, podendo então voltar contra a Áustria todas as forças de que dispunha. Conduzindo os seus batalhões de escol através das traiçoeiras gargantas dos Alpes, na primavera de 1800, lançou-se sobre os austríacos no vale do Pó e esmagou-os como entre as mandíbulas de um tórno. Pouco depois o imperador Habsburgo pediu a paz. Em 1801, a Inglaterra era o único inimigo ainda em campo. Como não possuísse uma armada verdadeiramente poderosa, Napoleão achou que os ingleses estavam fora do seu alcance e preferiu negociar a paz a lutar. Em 1802 aceitou a Paz de Amiens, pela qual a Inglaterra concordava em ceder as possessões coloniais apreendidas durante a guerra, com exceção das ilhas de Trinidad e Ceilão. Napoleão podia agora dedicar-se inteiramente à consolidação do seu poder no interior.

O REINÍCIO DA GUERRA COM A INGLATERRA

A Paz de Amiens mostrou ser apenas uma trégua. Por vários motivos, a Inglaterra e a França entraram novamente em luta no ano seguinte. Os ingleses estavam alarmados com a extensão da influência de Napoleão na Itália e nos Países-Baixos e com a aliança por ele firmada com a Espanha. Napoleão sentia-se irritado com a recusa dos ingleses a se retirarem de Malta, de acordo com o Tratado de Amiens. Os comerciantes e industriais da Inglaterra temiam que Napoleão em breve se tornasse bastante poderoso para reconquistar o império colonial que a França perdera na Guerra dos Sete Anos. O astuto corso, por seu lado, contava com a destruição da prosperidade britânica como o meio mais seguro de ganhar a simpatia da burguesia francesa, que considerava como o seu mais valioso arrimo. Conquanto a guerra tivesse sido declarada em maio de 1803, as verdadeiras hostilidades não se iniciaram senão depois de certo tempo. Ambos os campos gastaram mais de um ano em preparativos — os franceses organizando uma esquadra para invadir a Inglaterra e os ingleses conquistando uma série de aliados. Em 1805 estava formada a Terceira Coligação contra a França, da qual faziam parte a Inglaterra, a Áustria, a Rússia e a Suécia.

NAPOLEÃO DERROTA OS AUSTRIACOS, OS PRUSSIANOS E OS RUSSOS

Nessa contingência, Napoleão recorreu à velha tática de aniquilar em primeiro lugar os inimigos continentais. Abandonando provisoriamente a pretensão de invadir a Inglaterra, em outubro de 1805 lançou um exército contra os austríacos, perto da cidade de Ulm, e pouco depois tomou Viena. Em dezembro desse mesmo ano obteve em Austerlitz uma vitória decisiva sobre um exército conjugado de austríacos e russos. Resultou daí ser a Áustria eliminada do campo da guerra, dentro das condições de um tratado de paz que a privava de três milhões de seus súditos e a reduzia à condição de uma potência de segunda ordem. Tomada de pânico diante da perspectiva de enfrentar uma sorte idêntica, a Prússia ofereceu então combate. Napoleão aceitou sem perda de tempo, e antes de um ano os exércitos de Frederico Guilherme III estavam fora de luta. O Corso marchou em triunfo através de Berlim e submeteu a maior parte do país ao governo dos seus generais. Em seguida, voltou a sua atenção para os russos e, derrotando-os em Friedland no

mês de junho de 1807, fêz sentir ao czar Alexandre I a conveniência da paz. Em julho, Napoleão e Alexandre encontraram-se em Tilsit, cidade prussiana, a fim de assentar os termos do acôrdo. Por mais singular que pareça, os dois imperadores resolveram tornar-se aliados. Formaram uma espécie de parceria para controlar os destinos da Europa. Em troca da promessa de cooperar no boicote ao comércio britânico com o Continente, Napoleão dava carta branca a Alexandre para fazer o que quisesse com a Finlândia e tomar certos territórios à Turquia. Ao mesmo tempo impôs à Prússia uma punição esmagadora, subtraindo-lhe metade do território, obrigando-a ao pagamento de indenizações astronômicas e reduzindo-a praticamente à situação de estado vassalo da França.

NAPOLEÃO NO ZÊNITE DO SEU PODER

A estrela do *Petit Caporal* estava então no zênite. Era senhor de todo o continente europeu a oeste da Rússia. Destruíra o que ainda restava do Santo Império Romano e reunira a maioria dos estados alemães, com exclusão da Áustria, numa Confederação do Reno da qual êle próprio se nomeava Protetor. Não sómente estendera as fronteiras da França mas também criara, como seu domínio pessoal, um novo reino italiano que compreendia o vale do Pó e o que fôra outrora a república de Veneza. Além disso, coloca parentes e amigos em alguns dos tronos restantes da Europa. Seu irmão José tornara-se rei de Nápoles, seu irmão Luís rei da Holanda e seu irmão Jerônimo rei da Vestfália. Escolhera um amigo, o rei da Saxônia, para ser o soberano do ducado de Varsóvia, uma nova Polônia criada principalmente com os territórios que haviam sido tomados à Prússia. Desde os tempos de Carlos V, era a primeira vez que um só homem dominava tão grande parte da Europa. Todavia, a posição de Napoleão estava longe de ser segura, pois ainda lhe restava enfrentar a “desprezível nação de mercadores” do outro lado da Mancha. Tendo perdido para os ingleses a grande batalha naval de Trafalgar (outubro de 1805), resolveu esgotar-lhe as forças pelo método indireto de arruinar-lhes o comércio. Em 1806 e nos anos seguinte estabeleceu o famoso Bloqueio Continental, uma organização em que todos os estados títeres da França eram obrigados a cooperar com ela no boicote às mercadorias inglesas. Privando a Inglaterra dos seus mercados, esperava Napoleão empobrecê-la a tal ponto que o povo se voltasse contra o govêrno e o forçasse a capitular. Pelo Tratado de Tilsit, como já salientamos, lograra trazer a própria Rússia para essa organização.

AS CAUSAS DO DECLÍNIO DE NAPOLEÃO

A história da carreira de Napoleão, de 1808 a 1815, é uma crônica do declínio gradual da sua fortuna. Desde que havia deposto o Diretório, em 1799, até a Paz de Tilsit, em 1807, elevara-se ininterruptamente a alturas que um Alexandre ou um César poderiam ter invejado. Mas pouco após essa última data as suas dificuldades começaram a se multiplicar, até que por fim o levaram à ruína. A explicação dêsse declínio inexorável pode ser encontrada em diversos fatores. Em primeiro lugar, Napoleão tornava-se cada vez mais egocêntrico com o passar dos anos e portanto menos inclinado a aceitar conselhos mesmo dos seus subordinados mais capazes. Continuava a acalentar a ideia de ser um eleito do Destino e essa ideia se transformou numa obsessão, num fatalismo supersticioso que lhe roubava a agilidade do espírito. Em segundo lugar, o seu militarismo agressivo provocou inevitável reação por parte das vítimas. Quanto mais se evidenciava que as conquistas napoleônicas não passavam de sórdidos frutos de uma ambição maníaca de poder, mais forte era a resolução, por parte dos vencidos, de reconquistar a sua liberdade. Povos que, enganados pelas aparências, o haviam acolhido anos atrás como o apóstolo da liberdade revolucionária, voltaram-se então contra êle e o odiaram como a um simples opressor estrangeiro. Mais ainda: o militarismo começara a produzir os seus efeitos dentro da própria França. Os ossos de centenas de milhares de soldados, a flor da juventude francesa, tinham sido disseminados no pó dos campos de batalha de toda a Europa. Tornava-se cada vez mais sério o problema não só de preencher os claros nas fileiras do Exército, mas também de manter o nível da produção agrícola e industrial. Finalmente, o Bloqueio Continental, mostrou ser uma arma de dois gumes. Na verdade, causou maiores danos à França e aos seus aliados do que à Inglaterra. Patenteou-se a impossibilidade de forçar a exclusão dos produtos britânicos do Continente, uma vez que a maioria dos países dominados por Napoleão eram nações agrícolas que insistiam na troca dos seus

produtos pelas mercadorias manufaturadas na Inglaterra. Além disso, os ingleses haviam revidado com uma série de decretos reais que tornavam passíveis de apresamento todos os navios que comerciassem com a França ou com os seus aliados. O resultado foi privar o império napoleônico de todas as suas fontes de abastecimento nos países neutros. O primeiro episódio que marcou o começo do declínio de Napoleão foi a revolta espanhola irrompida no verão de 1808. Em maio desse ano Napoleão enganara o rei e o príncipe herdeiro desse país, levando-os a abrir mão de seus direitos ao trono, e promovera seu irmão José de rei de Nápoles a rei da Espanha. Mas nem bem o novo monarca havia sido coroado quando estalou uma revolta popular.

A REVOLTA DA ESPANHA

Embora mandasse um exército para debelá-la, Napoleão nunca pôde dominar completamente a rebelião. Estimulados e auxiliados pelos ingleses, os espanhóis sustentaram uma série de guerrilhas que ocasionaram infinitas despesas e aborrecimentos ao grande cabo de guerra francês. Além disso, a coragem com que a Espanha resistia ao invasor despertou em outros povos um espírito de rebeldia, de que resultou não poder mais Napoleão contar com a docilidade de muitas de suas vítimas.

A DESASTROSA CAMPANHA DA RÚSSIA

A segunda fase da queda do aventureiro corso foi assinalada pela ruptura de sua aliança com a Rússia. Como país puramente agrícola, a Rússia vira-se a braços com uma dura crise econômica quando não pôde mais, em razão do Bloqueio Continental, trocar o excesso de sua produção de cereais por produtos manufaturados ingleses. A consequência disso foi que o czar Alexandre resolveu fechar os olhos ao comércio com a Inglaterra, não dando ouvidos aos protestos de Paris ou respondendo-lhes com evasivas. Em 1811, Napoleão chegou à conclusão de que não podia mais tolerar esse desrespeito ao Bloqueio Continental. Reuniu um exército de 600.000 homens e, no verão de 1812, pôs-se em marcha para punir o czar. A campanha terminou em horrível desastre. Os russos, sem oferecer resistência, atraíram os franceses cada vez mais para o interior do seu território. Sómente quando o inimigo estava nas cercanias de Moscou foi que ofereceram batalha, em Borodino. Derrotados nesse encontro, permitiram que Napoleão ocupasse a sua antiga capital. Mas, na mesma noite da entrada dos franceses, manifestaram-se na cidade incêndios de origem suspeita. Quando as chamas finalmente declinaram, pouco mais restava do que as paredes tismadas do Kremlin para abrigar as tropas invasoras. Na esperança de que o czar acabasse por se render, Napoleão deixou-se ficar durante mais de um mês entre as ruínas e só em 22 de outubro resolveu iniciar a marcha de regresso. Essa demora foi um erro de consequências fatais. Muito antes de ter alcançado a fronteira, o terrível inverno russo caiu sobre ele. Rios engrossados, montanhas de neve e lamaçais sem fundo retardaram e quase detiveram a retirada. Além das calamidades de um frio insuportável, das doenças e da fome, guerrilhas de cossacos surgiam dentre a nevasca para atacar as tropas exaustas. Cada manhã, o miserável remanescente a se arrastar na fuga deixava para trás círculos de cadáveres à volta das fogueiras da noite anterior. Em 13 de dezembro, alguns milhares de soldados alquebrados, famintos e quase loucos atravessaram a fronteira da Alemanha – uma ínfima porção daquele que se intitulava orgulhosamente o “Grande Exército”. Perto de 300.000 vidas tinham sido sacrificadas na aventura da Rússia.

A BATALHA DE LEIPZIG

O resultado desastroso dessa campanha destruiu o mito da invencibilidade de Napoleão. Prussianos e austríacos não tardaram a cobrar coragem e, com o auxílio dos russos, uniram-se numa Guerra de Libertação. Bonaparte organizou rapidamente um novo exército e marchou para arrasar os revoltosos. Na primavera e no verão de 1813 conseguiu algumas vitórias modestas, mas foi finalmente encantado (sic) em Leipzig por um exército aliado de 500.000 homens. Aí, de 16 a 19 de outubro, travou-se a célebre Batalha das Nações, que redundou em completa derrota para Napoleão. Seu grande império então ruiu como um castelo de cartas; os estados vassallos o abandonaram e a própria França foi invadida.

Waterloo, na Bélgica, foi fragorosamente derrotado pelo Duque de Wellington à frente de um exército coligado de ingleses, holandeses e alemães. Perdidas todas as esperanças, Napoleão voltou a Paris, abdicou uma segunda vez e fez planos de fugir para a América. Como encontrasse, porém, a costa fortemente guardada, foi obrigado a procurar refúgio num navio britânico. Em seguida foi exilado pelo governo da Inglaterra em Santa Helena, uma ilha rochosa do Atlântico Sul. Ali morreu em 5 de maio de 1821, só e amargurado.

O SIGNIFICADO DE NAPOLEÃO

Ao fazer uma estimativa final do significado de Napoleão Bonaparte, não devemos esquecer que o seu nome tem sido grandemente enaltecido pela lenda. Os mitos criados pelos patriotas e cultores de heróis elevaram a sua reputação a proporções quase sobrenaturais. Com a única exceção de Jesus Nazareno, é ele a personagem histórica sobre quem mais se tem escrito. Mas teria ele merecido realmente uma fama tão exaltada? É uma questão pelo menos discutível. Napoleão não era de forma alguma um gênio universal que possuísse todos os conhecimentos ou uma notável sabedoria. Afora a matemática, pouco conhecia de qualquer outra ciência e tão limitado era o seu alcance em economia que não o salvou dos erros colossais do Bloqueio Continental. Ainda que fôsse indubitavelmente um tático de grande habilidade, os dislates da campanha da Rússia mostram que mesmo em assuntos militares ele não era infalível. Mas os piores de todos eram os seus defeitos de caráter. Era inescrupuloso e sem princípios, capaz dos mais vis embustes até contra os seus amigos. Além disso, o seu egoísmo sem medida o tornava friamente indiferente ao derrame de sangue, como uma fera que tritura os ossos da presa inerme. Depois de ter sacrificado 300.000 homens na aventura da Rússia, teve a temeridade de anunciar à nação, como consôlo às esposas e mães, que “o Imperador jamais se sentira tão bem na vida”. Seu valor real consiste em ter contribuído para preservar algumas das grandes conquistas da Revolução Francesa. Negou-se a restaurar o sistema de privilégios que florescera no tempo dos Bourbons, ainda que pudesse facilmente ter tomado tal medida. Confirmou a abolição da servidão e do direito de primogenitura e permitiu que os camponeses conservassem as terras adquiridas graças ao parcelamento das grandes propriedades. Mais ainda: foi a causa, pelo menos indireta da difusão dos ideais revolucionários em outros países. Foi, por exemplo, a esmagadora derrota infligida à Rússia em 1806 que persuadiu os governantes dessa nação a adotar as principais reformas da Revolução Francesa como único meio de levantar novamente o país para esmagar o opressor. Em 1807-8, o governo prussiano, sob o Barão von Stein e o chanceler Hardenberg, aboliu a servidão e franqueou as diversas profissões e ocupações aos homens de todas as classes sociais. Infelizmente, essas medidas foram acompanhadas de uma erupção de nacionalismo extremo que teve expressão característica na adoção do serviço militar obrigatório, um dos expedientes despóticos empregados pelo próprio Napoleão.



UM PROJETO DE NAÇÃO PARA O BRASIL Artigo Produzido pela Coordenação do Projeto de Nação

Coordenadores

General Luiz Eduardo Rocha Paiva
Professora Maria Verônica Korilio Campos
Cel Raul José de Abre Sturari

Nações sem uma Estratégia Nacional (ou Política Nacional), de Estado, clara e flexível, seguem rumos divergentes, crescem de forma desordenada e intermitente ou entram em estagnação e recessão. Desorientam-se por não terem Objetivos Nacionais (ou Políticos) bem definidos e amadurecidos, e tampouco Diretrizes Político-Estratégicas a eles convergentes. Dessa forma, nunca decolam. Quando muito, correm na pista, aceleram, mas

não arremetem, abortando sucessivas tentativas de decolagem para voltarem, mais uma vez, desoladas, à cabeceira da pista.

Por outro lado, não se pode confundir Estratégia Nacional (ou Política Nacional) com política partidária, pois a primeira visa, exclusivamente, ao bem da Nação, sem ter interesse no simples exercício do poder ou em seguir linhas de pensamento partidário para orientá-la.

As nações se organizam e se estruturam criando o Estado, seu delegado e não senhor, cuja missão é promover o desenvolvimento, a segurança e o bem-estar nacionais. Para isso, o Estado administra os órgãos públicos e o território, estabelecendo a Estratégia Nacional, com os Objetivos e as Diretrizes que orientam as estratégias setoriais.

Contudo, o Brasil não tem, no nível ministerial, um órgão de elaboração da Estratégia Nacional (ou Política Nacional, ou ainda, Grande Estratégia), que estabeleça os Objetivos Nacionais (ou Políticos) de longo prazo, fundamentados na Constituição Federal e nas leis complementares, e as Diretrizes Político-Estratégicas para alcançá-los. Ou seja, um *Projeto de Nação*, que aponte os rumos gerais sem descer ao nível das estratégias setoriais, a não ser daquelas onde a atuação direta do Estado seja indispensável. Esse órgão também elaboraria e monitoraria cenários prospectivos por ele formulados, bem como orientaria e coordenaria, com os demais ministérios, a formulação e condução das estratégias setoriais, garantindo seu alinhamento com a Estratégia Nacional.

Assim, os servidores de tal órgão, naturalmente e por atribuição, levantariam os desafios, oportunidades e ameaças dos cenários, com a participação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e da Casa Civil, e proporiam as medidas para com eles lidar, portanto, com base em elementos de juízo holísticos e integradores, deferentes das demais instâncias de governo. É recorrente e bem disseminada a crítica de grande parte da sociedade ao fato de o Brasil não dispor de um Plano de Estado, que perpassasse sucessivos governos, definindo o que seja mais importante para o futuro do País. Um plano dessa natureza tem sido traduzido pelo cidadão como *Projeto de Nação*, ideia já bem sedimentada na mente de nossos compatriotas. Isso nos leva a buscar a definição de projeto.

Segundo o PMBOK, um projeto é o esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. Ser "temporário" significa que os projetos devem ter início e término definidos; não significa, necessariamente, de curta duração.

A Estratégia Nacional, ao contrário de um projeto, não tem tempo definido para terminar e será, certamente, de longo prazo, embora deva ser atualizada, aprimorada e modificada, sempre que necessário. É muito mais abrangente em seu escopo e amplitude espacial e social do que seria um projeto, bem como seus resultados, normalmente, causam impactos de maior relevância e amplitude na sociedade.

Dessa forma, é fácil entender que o Brasil necessita, urgentemente, de uma Estratégia Nacional abrangente, sistêmica, integradora, de clara compreensão por todos os segmentos sociais. Ainda assim, a força do nome "Projeto de Nação", ao longo da história, o credencia a ser utilizado no mesmo sentido de uma Estratégia Nacional.

EXPERIÊNCIAS EMBRIONÁRIAS DE UMA ESTRATÉGIA NACIONAL

Um aspecto importante a ser destacado é a pouca experiência brasileira com Estratégias de Estado e Planos de Longo Prazo. Por questões até culturais, o que se utiliza são Planos e Programas de Governo, focados em 4 (quatro) anos, ou seja, de médio prazo. O Plano Plurianual previsto na Constituição Federal (Art. 35, 48, 74, 84, 165, 166 e 1670) engloba os três últimos anos do Governo Federal e o primeiro ano do Governo seguinte. Historicamente, os governos posteriores cumprem de modo precário o planejamento deixado pelo antecessor. Além disso, esses 4 (quatro) anos de planejamento da União, na prática, resumem-se em 2 (dois) com execução mais robusta porque o primeiro ano de um governo é de adaptações e ajustes com o plano do governo anterior, e no último ano, os agentes políticos já estão visualizando as futuras eleições.

O pensamento estratégico começou a tomar forma e se impor no Brasil após a 2ª Guerra Mundial, com a tomada de consciência de que o País seria cada vez mais envolvido nas questões geopolíticas mundiais. Em face de tais desafios, precisava de visão e planejamento

de longo prazo, ou seja, de políticas e estratégias que fossem capazes de transformá-lo em um ator condizente com sua estatura geopolítica.

Nesse contexto, vale lembrar do Plano "SALTE", acrônimo de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, apresentado ao Congresso em maio de 1948 e aprovado dois anos depois.

Um marco importante da caminhada brasileira pelos estudos e elaboração metodológica de políticas e estratégias de nível nacional foi a criação da Escola Superior de Guerra em 1949. É válido reconhecer o Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), cujo slogan era "50 anos em 5", portanto, com uma ampla visão de futuro, como sendo outro exemplo de uma Estratégia Nacional. A alternância de governos, com o mau costume (quase cultural) de não dar continuidade ao que é positivo iniciado pelo anterior, enquanto corrige os aspectos negativos, mantendo o foco no longo prazo, impede a continuidade das estratégias. Outros bons exemplos a serem citados são os Planos Nacionais de Desenvolvimento dos governos de presidentes militares, nos anos 1970, I e II PND, cuja continuidade contribuiu para alçar o Brasil da 48ª à 8ª economia mundial.

Após os governos do ciclo 1964-1985, tivemos iniciativas que "ficaram no papel". A prática dos últimos anos tem sido formular "Estratégias Nacionais" que são, na realidade, apenas setoriais, ou seja, sem amplitude, abrangência e mútua integração. Entre outros, seguem alguns exemplos:

- Política e Estratégia Nacionais de Defesa (PND e END).
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2020-2031).
- Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2018-2022).
- Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública (Decreto 10.778/2021).
- Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (Decreto 10.222/2020).
- Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (Decreto 10.531/2021).
- Estratégia Nacional de Energia 2050 (PNE 2050 - EPE).

QUAL A IMPORTÂNCIA DE SE TER UMA ESTRATÉGIA NACIONAL

A conclusão é que o Brasil carece, urgentemente, de uma Estratégia Nacional. A falta desse instrumento leva à desorientação por não se trabalhar de maneira integrada com todos os órgãos e segmentos do Estado, com um horizonte temporal de longo prazo (15, 20 ou 30 anos), norteando todos os segmentos da Nação para os mesmos Objetivos Nacionais. A falta desse instrumento tem levado o País a perseguir mundos específicos de cada segmento, enxergando a *árvore de cada um e não a floresta de todos*.

Com isso, o dispêndio de recursos é muito maior, os resultados são particularizados e não sistêmicos e todos perdem, em especial a sociedade nos médios e nos longos prazos. Portanto, sem uma Estratégia Nacional que dê foco claro para orientar e convergir suas ações, o Estado não cumprirá o que dele se espera — criar condições que promovam e mantenham constantes o desenvolvimento, a segurança e o bem-estar da Nação, não como gestor, mas como agente facilitador e indutor.

O SAGRES LIDERA A OFERTA DE UMA PROPOSTA À NAÇÃO

O "Projeto de Nação" não tem um destinatário específico. O dono do Projeto é o Brasil e seu povo. Trata-se de uma parceria dos Institutos Sagres, Villas Bôas e Federalista e seus principais aspectos estão resumidos nos itens a seguir:

Propósito do Projeto de Nação

Projeto de Estado com Cenário Foco, Objetivos Nacionais e Diretrizes Político-Estratégicas para: (I) gestão estratégica eficiente pelo Estado; (II) desenvolvimento nacional responsável e perene; (III) segurança interna e externa efetivas; e (IV) bem-estar e paz social, para proporcionar **justiça e felicidade ao povo brasileiro**.

Principais premissas

- Alinhado à Constituição Federal (Preâmbulo e Título I).
- Apartidário e sem radicalismos ideológicos.
- Disponibilizado aos mais altos níveis do Estado e da Sociedade Civil.
- Diretrizes que preservam, no máximo possível, as prioridades hoje definidas pelos ministérios.
- O Estado como facilitador ou indutor, com um mínimo de intervenções na economia e junto aos setores produtivos, e não como um gestor centralizador.
- Não pretende ser um produto acabado, mas sim propiciar que o Brasil tenha uma Estratégia Nacional de longo prazo, aceita pelas lideranças e sociedade.

Eixos temáticos

Eixo I: Geopolítica Mundial - Eixo II: Governança Nacional - Eixo III: Desenvolvimento Nacional - Eixo IV: Ciência, Tecnologia e Educação - Eixo V: Saúde - Eixo VI: Segurança e Defesa Nacional - Eixo VII: Segurança Pública

Elementos componentes do Projeto de Nação

Cenário Foco 2035, Objetivos Nacionais (ON), Diretrizes Político-Estratégicas (DPE) e Óbices a serem superados para o alcance dos Objetivos e do Cenário Foco. As Estratégias de alto nível de Estado poderão ter Diretrizes mais detalhadas.

Finalizando

O Projeto de Nação se propõe a construir o Brasil sonhado:

“Ser um ator global que participe de acordos regionais e extrarregionais, que preserve o máximo de liberdade de ação para garantir interesses importantes ou vitais. Ser reconhecido no mundo como promotor da paz e dos direitos humanos. Alcançar um alto grau de desenvolvimento e poder nacional, que lhe permita garantir: a soberania; a exploração responsável do patrimônio; a integridade territorial; a projeção de forma pacífica em áreas de interesse; e a segurança, bem-estar e felicidade para a sociedade como um todo. Constituir uma nação que comungue de valores morais, cívicos e democráticos, que fortaleçam a família e a coesão nacional e social”.

Brasília, 17 de fevereiro de 2022

“Um pequeno povo teve o privilégio de ser o criador do princípio do progresso. Tal povo foi o grego. Com exceção das forças cegas da natureza, nada existe, que não seja grego na sua origem” (Sir Henry Maine — Village Communities).

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS
(lecaminha@gmail.com)

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nuclev.com

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE

- Delegacia Heróis de Guararapes:

<http://historia-patriota.blogspot.com/>